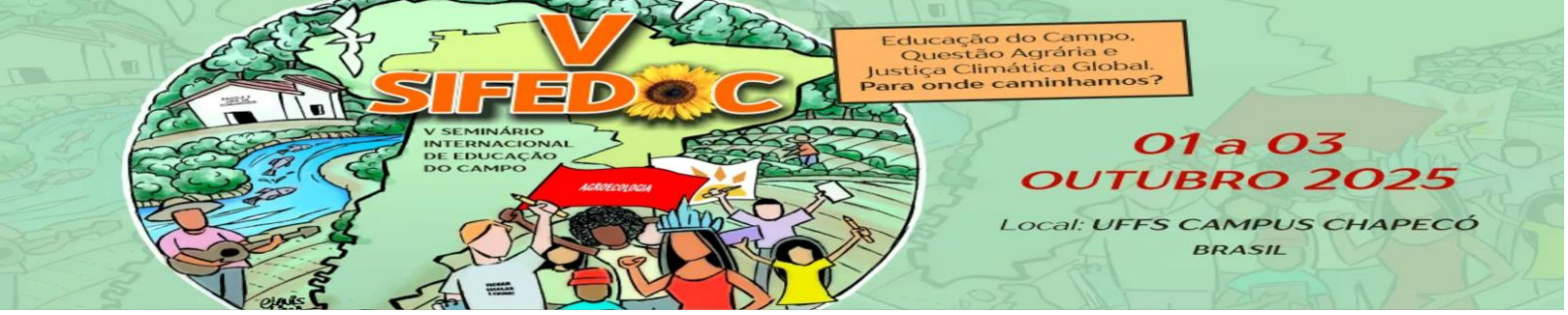


CORPOS QUE ARAM RESISTÊNCIAS: A EDUCAÇÃO COMO RASURA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO CAMPO

Jaini Carolaine Blasius[1]

Círculo de Saber: Relações de Gênero, sexualidade e Feminismo

Palavras-chave: Violência; Gênero; Campo.

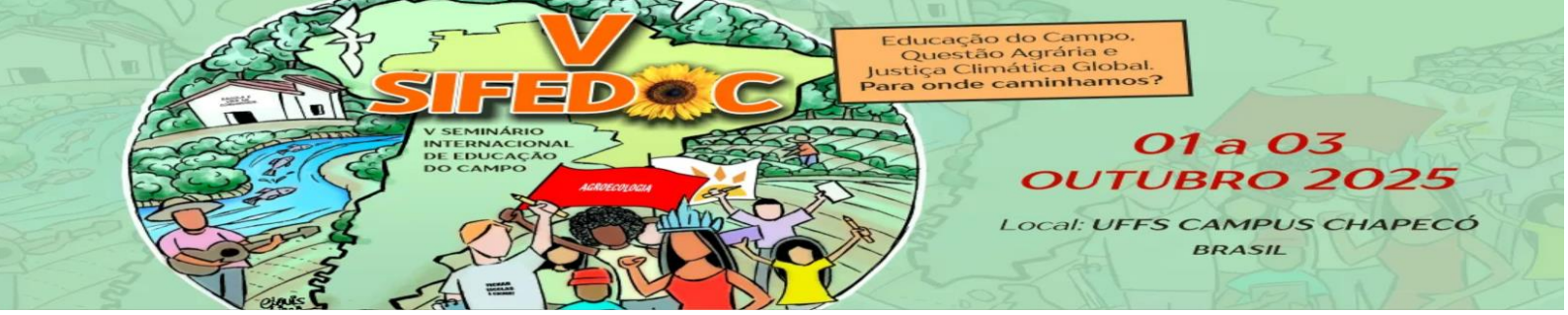
Introdução

A violência doméstica é um fenômeno social complexo, que ocorre em todas as classes sociais, faixas etárias e territórios. Como aponta Paulo Freire (1996), a violência é parte de uma cultura autoritária que atravessa as relações sociais e institucionais, sendo intensificada quando naturalizada nas práticas cotidianas. No campo, essa violência tende a ser mais silenciosa e invisível, perpetuada por um conjunto de fatores históricos e estruturais.

Nesse sentido, a violência contra mulheres rurais muitas vezes é invisibilizada pela ausência de políticas públicas específicas, pela dificuldade de acesso aos serviços e pela escassez de dados e pesquisas que contemplem essa realidade. A invisibilidade é agravada por uma cultura patriarcal profundamente enraizada, que reforça o silenciamento das vítimas.

Historicamente, a educação desempenhou um papel ambíguo nesse contexto: limitada ao ensino básico e reprodutora de valores conservadores que reforçam o lugar de submissão da mulher. Entretanto, como defende Soledad Acosta de Samper (c. 1870), é também pela educação que se pode construir a autonomia feminina, formando mulheres conscientes e críticas.

[1] Pós graduanda do Programa de Mestrado em Educação da Universidade do Oeste do Paraná. Psicóloga pela Universidade Paranaense. E-mail: jainiblasius@gmail.com.



Dessa forma, o papel que a educação desempenhou historicamente nesse contexto, muitas vezes sendo limitada ao ensino básico e reprodutora de valores conservadores que reforçam o lugar de submissão da mulher. Contudo, a educação também pode ser compreendida como uma ferramenta essencial para a transformação social e para o enfrentamento da violência.

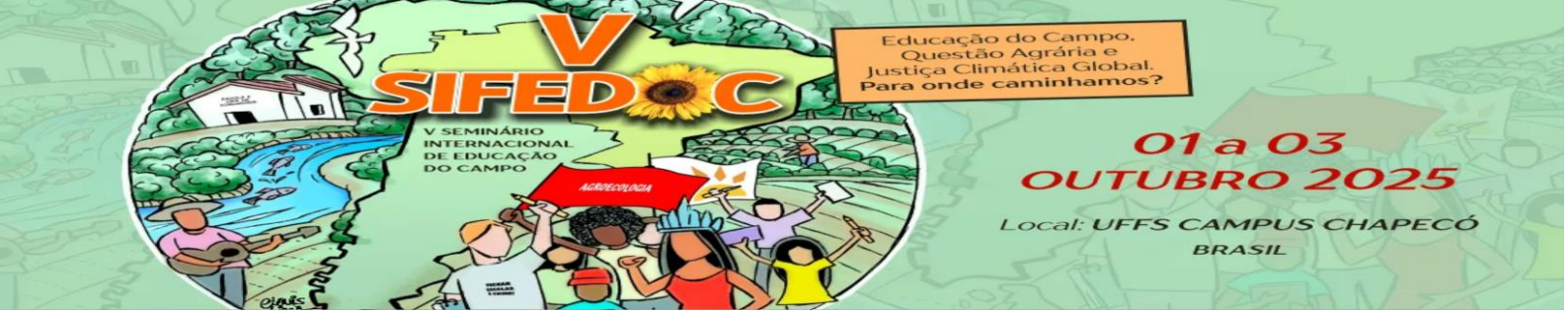
Esse artigo tem o objetivo, a partir de revisão bibliográfica, discutir a violência doméstica no campo, analisando seus agravantes e obstáculos, bem como o potencial da educação como instrumento de resistência, emancipação e enfrentamento da violência contra as mulheres do campo.

A Violência Doméstica no Campo

Alguns fatores devem ser analisados como agravantes desse fenômeno no meio rural. O isolamento geográfico dificulta a mobilização das mulheres, o acesso a redes de apoio e a possibilidade de denunciar a violência. Segundo o IBGE (2019), mulheres que vivem no meio rural têm menos acesso a serviços de denúncia e apoio, o que contribui para a subnotificação da violência doméstica nessa população. A distância física dos centros urbanos reforça o enclausuramento e o controle sobre as mulheres.

A dependência econômica também é um fator central: muitas mulheres rurais estão inseridas em regimes familiares de produção, sem acesso à renda própria, o que as mantém em situação de vulnerabilidade e dificulta a ruptura com o agressor. O IBGE (PNAD Contínua, 2020) mostra que mais de 60% das mulheres no meio rural não têm autonomia financeira.

O machismo estrutural como discurso dominante determina a naturalização da violência no meio rural, reforçado por valores conservadores, patriarcais e religiosos. Como afirma Marina Castañeda (2011), a violência de gênero se perpetua através da socialização dos papéis masculinos e femininos, reforçando o poder dos homens



sobre as mulheres. E a ausência ou precariedade de políticas públicas voltadas para a proteção das mulheres do campo — como Delegacias da Mulher, casas-abrigo, assistência jurídica e psicológica — agrava esse cenário.

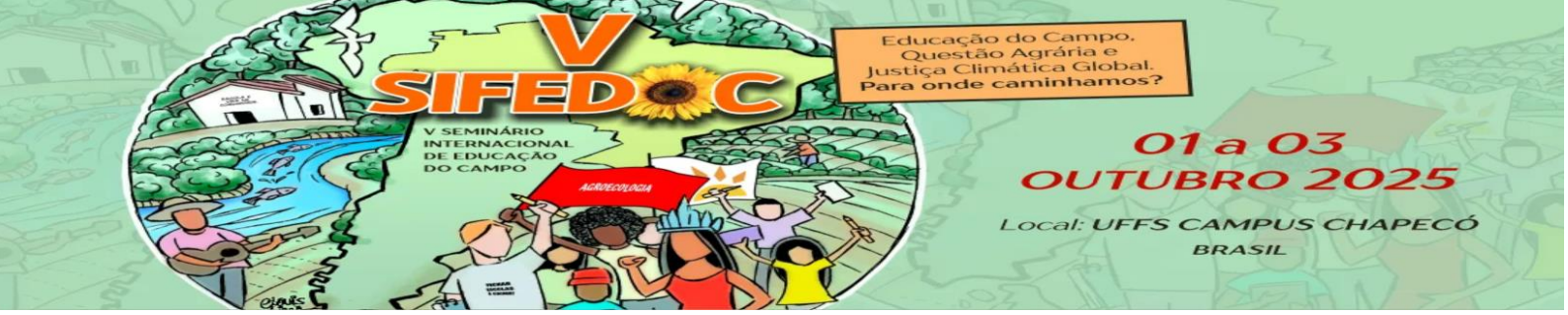
A Educação como Ferramenta de Transformação

A educação é um instrumento fundamental para a transformação das condições de vida das mulheres rurais. Como ensina María Luisa Dolz y Arango (1904), a formação das mulheres é condição para sua participação na vida social e política, sendo a educação um direito e não um privilégio.

A educação formal — escolas rurais, EJA, universidades no campo — enfrenta desafios estruturais, como evasão escolar feminina, trabalho doméstico precoce e carência de infraestruturas. Entretanto, quando há acesso garantido, as potencialidades são imensas. Luis F. Iglesias, em sua experiência com escolas rurais unitárias, defende que a escola deve ser centro de vida comunitária, articulando saberes populares e formais (Iglesias, 1957). A educação não formal também se mostra potente, com oficinas, rodas de conversa, e práticas educativas promovidas por movimentos sociais que oferecem espaços de acolhimento e formação.

Nesse contexto, a formação crítica sobre gênero e direitos humanos no meio rural, é essencial para desconstruir normas patriarcais naturalizadas. Assim, é possível abordar como ações educativas podem desconstruir normas patriarcais, naturalizadas na cultura local, e fomentar novos modos de sociabilidade baseados na igualdade e no respeito. A educação favorece o acesso à informação, fortalece redes de apoio e contribui para a autonomia econômica das mulheres.

Essas experiências demonstram que é possível promover a emancipação das mulheres rurais e o enfrentamento da violência através de uma educação dialógica, popular e transformadora. Essas experiências demonstram a potência da educação como instrumento de resistência e de transformação, promovendo a emancipação das mulheres rurais e o combate a violência doméstica.



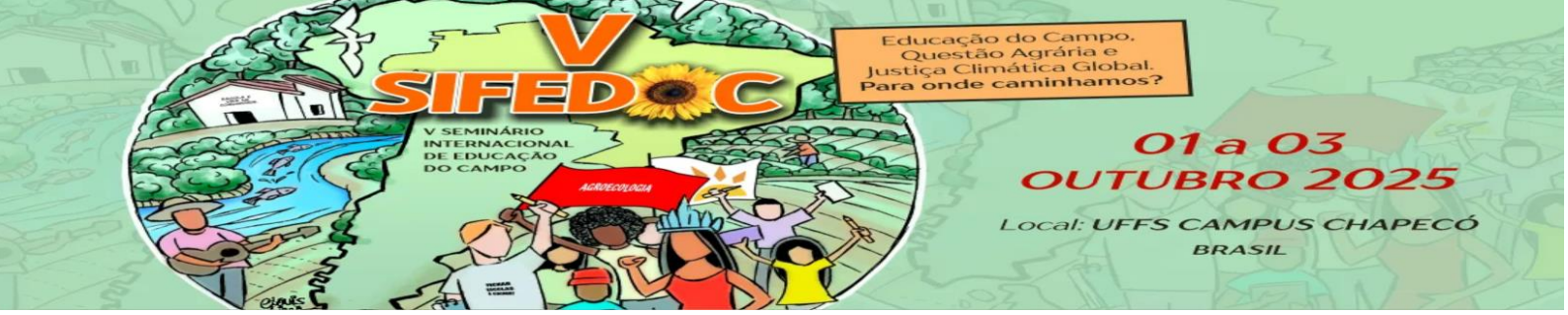
Desafios e Potencialidades

A resistência cultural e religiosa que permeia o campo, muitas vezes sustenta valores patriarcais que reforçam a submissão feminina. Segundo Saffioti (2004), o patriarcado encontra no campo um terreno fértil para se perpetuar, associando a mulher ao espaço doméstico e ao silêncio. Segundo Acosta de Samper (2013), “a educação não deve romper com a cultura local de forma autoritária, mas sim dialogar com ela, respeitando seus ritmos e dinâmicas”. Por isso, é essencial que iniciativas educativas considerem a cultura local, dialogando com ela, e não impondo saberes de forma verticalizada.

O cenário da educação do campo no Brasil ainda é marcado por um histórico de negligência e exclusão. O baixo investimento em infraestrutura física, aliado à escassez de políticas públicas voltadas para as demandas do campo, compromete o direito à educação de qualidade para populações inteiras. De acordo com o Censo Escolar de 2020, escolas rurais possuem infraestrutura significativamente inferior às urbanas, com falta de acesso à internet, bibliotecas e transporte escolar adequado (INEP, 2021).

Nesse contexto, as educadoras, lideranças locais, agentes comunitárias e movimentos sociais despontam como protagonistas da transformação. São, majoritariamente, mulheres que mantêm viva a educação no campo — não apenas como processo escolar, mas como prática social de cuidado, acolhimento e empoderamento. Segundo Brandão (2002), a educação popular é um ato de resistência que emerge das lutas coletivas, sustentada por quem “ensina enquanto aprende e aprende enquanto luta”. Muitas mulheres atuam informalmente, acolhendo vítimas de violência, promovendo rodas de conversa, construindo hortas comunitárias, enfrentando o machismo estrutural.

Dessa forma, é urgente garantir financiamento público contínuo e adequado para projetos educativos no meio rural, bem como fomentar parcerias com universidades públicas e organizações da sociedade civil. Como afirma Caldart



(2000), “a educação do campo só será emancipadora se for construída com o protagonismo das populações rurais, reconhecendo suas identidades e formas de vida como parte do processo educativo. Além disso, é essencial criar mecanismos que estimulem e garantam a participação política das mulheres rurais, para que possam incidir sobre as decisões que impactam suas vidas e territórios.

Apesar dos desafios, a solidariedade comunitária, os saberes ancestrais e o espírito de organização coletiva são riquezas que podem e devem ser mobilizadas para construir uma educação verdadeiramente emancipadora. Apostar no fortalecimento dessas redes é também uma forma de enfrentar as violências estruturais e afirmar que, no campo, há potência, há resistência, e há futuro.

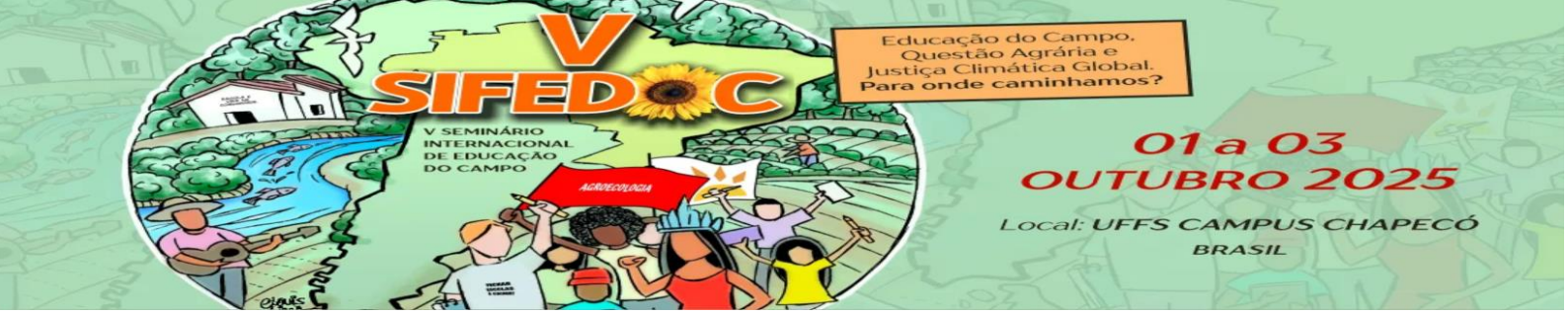
Conclusão

A urgência de promover uma educação emancipadora para as mulheres do campo é inegável. Esta educação deve ser capaz de romper com o ciclo de violência e com a cultura patriarcal que historicamente oprime e silencia essas mulheres. A formação de sujeitos críticos e autônomos é essencial para que elas possam transformar suas realidades e conquistar espaços de liberdade e igualdade.

Embora a educação desempenhe um papel fundamental, ela não pode ser vista como a única solução. A articulação de políticas públicas que garantam segurança, saúde, assistência social e justiça é imprescindível. Para potencializar as ações de enfrentamento da violência e fortalecimento das mulheres do campo, é crucial estabelecer alianças entre o Estado, escolas, movimentos sociais e organizações feministas. Essas parcerias podem promover mudanças significativas ao criar redes de apoio que ampliam o alcance das iniciativas e garantem que as necessidades das mulheres sejam atendidas de maneira integrada e eficaz.

Referências bibliográficas

ACOSTA DE SAMPER, Claudia. *Educação popular e transformação social*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.



BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação popular*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) 2019: características gerais. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do movimento sem terra: escola é mais do que sala de aula*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CASTAÑEDA, Marina. *A mulher, o machismo e a violência: a experiência do México*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101634.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: outros arranjos familiares e acesso das mulheres à renda*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9173-pnad-continua.html. Acesso em: 10 jun. 2025.

IGLESIAS, Luis Felipe. *Escola rural unitária: uma experiência pedagógica latino-americana*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1957.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo Escolar da Educação Básica 2020*. Brasília: INEP, 2021.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.